



Método de Av.

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM PANORAMA SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO

MARCIA RIBEIRO SILVA
ÉDSINA IZABEL DE ALMEIDA MELO
VERA NÚBIA SANTOS

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

O presente artigo analisa as implicações da contrarreforma do ensino superior no Brasil na formação profissional em Serviço Social no Nordeste brasileiro. Entende-se que impostos a formação em nível superior são colidentes com o projeto ético-político profissional do Serviço Social que opta pela defesa do ensino público de qualidade, pautado na ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Formação Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes the implications of the counter-reform of higher education in Brazil the academic and professional training in Social Work in the Brazilian Northeast. It is new impositions to formation at a higher level aren't related to the ethical-political Social Work, that opts for the defense of quality public education and based on the in teaching, research and extension.

KEY-WORDS: College education; Professional qualification; Social Work.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação e o exercício profissional em Serviço Social requer uma apreensão crítica do desenvolvimento da profissão, especialmente, sobre as transformações societárias desencadeadas em meados dos anos 1970, diante do sistema capitalista. A partir da década de 1970, o capital em nível mundial desenvolve mais uma grande crise que afeta o sistema em vigor e adota, paulatinamente, um novo modelo em diversos países. De outro lado, um novo modelo político-econômico é instaurado: o neoliberalismo. Esse novo modelo altera significativamente o papel do Estado principalmente no tocante ao Brasil, esse modelo tem início nos anos 1990, com um processo de privatização acentuado e contingenciamento no atendimento. Entende-se que com a adoção brasileira ao modelo político-econômico neoliberal e o atendimento de exigências multilaterais[i] há uma mudança no direcionamento das políticas sociais, entre elas, a política de educação.

A versão inicial da Constituição Federal de 1988[ii] (CF) compreende a Educação como um direito social inerente ao cidadão residente no Brasil, a ser ofertado pelo Estado. No entanto, em meados da década de 1990, com a adoção do modelo conservador, adquirem maior controle sobre as definições de Estado e impõem a necessidade de uma Reforma "saneamento" das contas públicas e desenvolvimento sustentável do país. Na educação, isso se reflete, principalmente na mercantilização do ensino em todos os níveis, incluindo a educação superior, que passa a ser retratada como um se

população e não um direito para todo cidadão, e dessa forma pode ser ofertado livremente no mercado.

Desse modo, postulando a expansão do ensino superior, o Estado transfere grandes parcelas do fundo público ; investimento nas universidades públicas brasileiras. O capital, com vistas a obtenção de lucros imediatos, prioriza a exigem baixo investimento, e nesse espaço situa-se o curso de Serviço Social (ABEPSS, 2004). Observe-se que Ser cursos com maior número de estudantes matriculados no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação responsável pelo acompanhamento e avaliação da educação (exceto pós-graduação) no país.

Nessa direção, ressalte-se que a Política de Educação enfrenta uma *contrarreforma*. O termo *contrarreforma* é utilizada consonância com as ideias de Behring (2008), por entender-se que a conjuntura instaurada na década de 1990 não trouxe a classe trabalhadora brasileira, ao contrário, trouxe apenas a regressão ou extinção de direitos recém conquistados CF/1988. Nesse sentido, apreende-se que o termo *reforma* foi apropriado indevidamente pelos neoliberais, visto que a classe trabalhadora para sua concordância com as transformações sociais em curso.

Esse cenário conflitou diretamente com o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, que defende a plena expansão conquistados pela classe trabalhadora e afirmados na CF/1988. Assim sendo, este artigo objetiva refletir sobre contrarreforma do ensino superior na formação profissional em Serviço Social no Nordeste brasileiro, uma vez que a ampliação de cursos associada a um padrão de formação colidente com o projeto profissional da categoria, num cenário de demandas não garantidos, pode embaçar as lutas travadas pela profissão. Parte-se do pressuposto de que os novos ditames impostos ao ensino superior são colidentes com o projeto ético-político profissional, que opta pela defesa do ensino público laico, gratuito e baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com isso, para uma melhor compreensão da temática em questão, o artigo foi estruturado em três seções: a primeira se situa no contexto de contrarreforma do Estado e do ensino superior no país; a segunda seção destaca os enfrentamentos assumidos pelos organismos do Serviço Social brasileiro frente a regressão de direitos e desse modo aponta a importância das normativas legais nesse período, quais sejam: o Código de Ética Profissional, a Lei nº 8.662/1993 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, na terceira seção, são problematizados os desafios postos a formação do assistente social no Nordeste brasileiro e o perfil das instituições de ensino superior (IES).

CONTRARREFORMA DE ESTADO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: breve contextualização

A privatização do ensino superior no Brasil não é um fenômeno recente. Tentativas de empresariamento da educação no período pós-1964 (ditadura militar), em que se procedeu a aprovação da primeira reforma universitária (1968), objetivam a mercadorização (SILVA, 2010). No entanto, cabe esclarecer que as condições para se efetivar esse processo somente ocorreram com a adesão brasileira ao modelo político-econômico neoliberal, na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso numa conjuntura bastante adversa e contraditória[iv], marcada pela regressão de direitos, principalmente, os sociais, contrarreforma do Estado.

A contrarreforma do Estado promoveu diversas transformações, não só de ordem econômica ou política, mas na vida dos trabalhadores brasileiros, dos quais pode-se citar os seguintes: corte de gastos com políticas sociais, com maior destaque previdência social, saúde e educação; apropriação do fundo público pela iniciativa privada; sucateamento dos serviços de privatização de bens e serviços do Estado, com destaque para os serviços de comunicação; flexibilização das relações de emprego, tornando-se característica desse momento, o aumento do número de trabalhadores na informalidade voluntariado de forma sistemática e do empresariamento das ações sociais do setor privado por meio da criação de “fundos sociais”, dentre outros aspectos.

No campo da educação identifica-se algumas articulações estratégicas do capital com vistas a execução plena da contrarreforma. Nesse lugar, torna-se necessário o enfraquecimento das instituições de ensino superior públicas, por se constituírem espaço de debate e socialização do conhecimento. Segundo Chauí (2003) a educação deixa de situar-se no campo dos direitos apropriada como serviço privado, logo a existência de universidades públicas autônomas[v] tornou-se inviável para posteriormente, a expansão do ensino superior privado no país. A autora esclarece que a universidade é apropriada pelo capital social em detrimento do sentido de sua existência, ser referência valorativa e normativa para a sociedade enquanto instituição.

Salienta-se que o sentido de organização social abordado por Chauí (2003) se refere, no contexto do capital, a incorporação do mercado, em que a universidade é obrigada a disputar financiamentos públicos com entidades privadas, e o alcance

beneficiam somente a instituição como organismo privado e não mais como instituição social que visa a promoção de a comunidade. Esse aspecto, de acordo com a ABEPSS (2004), faz-se presente na vinculação das fundações (públicas e privadas) e universidades públicas que simbolizam a privatização nestas instituições.

Para além do corte de recursos, no âmbito da formação e da pesquisa observou-se um completo abandono do compromisso ético-social, lançando-se em uma fragmentação competitiva, ou seja, incorporam-se critérios como custo-benefício, produtividade e reprodução do capital (CHAUÍ, 2003). Nesse sentido, a formação torna-se símbolo do *tecnicismo formal do trabalho* [vi] lógica privatista, deve ter por foco as definições das agências financiadoras, interessadas na apropriação privada do corpo docente. Promove-se o alinhamento da educação superior pública a dinâmica do mercado, o que representa uma ameaça a “propriedade de uma universidade pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada, balizada no ensino, pesquisa e extensão” (SILVA, 2010).

Em segundo lugar, situa-se a aprovação de normativas legais [vii], nos governos de FHC e Lula (décadas de 1990 e 2000), que interessaram-se por interesses de mercado, que arremataram novas orientações a formação acadêmica e profissional tendo por foco: a irrupção de novas tecnologias; princípios operacionais concentrados em critérios gerenciais de eficiência e efetividade; intensificação do controle por meio de avaliações externas; massificação da educação superior com a expansão do ensino a distância (EaD); preocupação com o número de vagas disponibilizadas às instituições em geral; financiamento público destinado a apropriação por parte de particulares; argumentos de universalização do ensino por via de mercado; precarização do trabalho docente, entre outros.

Para efetivar os critérios regressivos retratados anteriormente, o Estado reestruturou as IES com base em critérios (faculdades, centros universitários, universidades e equiparados), com definições específicas sobre o nível de ensino e organização (BRASIL, 1996), e em prerrogativas acadêmicas, ou seja, normas de funcionamento das IES, demarcadas e distintas. A universidade (pública ou privada) coube a responsabilidade em desenvolver de forma indissociável e articular ensino, pesquisa e extensão, além de apresentar em seu corpo docente uma maioria de profissionais com titulações acadêmicas integrais, com níveis elevados de produção, de maneira a preservar a “qualidade” na formação (BRASIL, 1996).

No que tange aos centros universitários, esses devem zelar pela qualidade do ensino. Dessa maneira, apresentam e possuem professores com titulação acadêmica ou vasta experiência profissional, uma vez que, há uma valorização de alta autonomia discente. E as demais IES, restou o desenvolvimento do ensino com base em critérios que atendam veementemente o mercado, portanto, não há uma exigência de professores com titulação acadêmica, somente, com experiência profissional e necessidade em desenvolvimento de pesquisas e a oferta de cursos de pós-graduação (BRASIL, 1996).

Evidencia-se, nesse processo, segundo Chauí (2003) a alta precarização do trabalho docente, pois o professor não tem observação de suas qualificações, em outras palavras, sem observar-se se esse domina ou não determinada área de conhecimento, a justaposição, o conhecimento reproduzido de forma rápida e acrítica, impulsionado pelo pensamento pós-moderno, torpe e desleixado, o aprofundamento profissional (PEREIRA, 2005), que por sua vez, movimenta-se no capitalismo monopolista favorecendo a economia e a reprodução das exigências dos organismos internacionais pautadas na lógica de integração via reprodução conservadora.

Além da estrutura organizativa, estabeleceu-se níveis distintos ou modalidades de educação superior: sequenciais, graduação (bacharelado e tecnológico) e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cada modalidade apresenta especificidades (BRASIL, 1996), mas cabe enfatizar que embora apresente vários níveis, em 2014 apenas 14% dos adultos brasileiros chegaram ao ensino superior segundo levantamento da OCDE divulgado em 2016 (FOLHA, 2016b) [viii].

No caso do Serviço Social, a única modalidade existente junto ao Ministério da Educação é o bacharelado, com duração de 5 anos, a depender da proposta pedagógica do curso. Então, diante de tais ocorrências, pactua-se com o pensamento de que se reafirma a importância em refletir sobre as questões inerentes “a formação acadêmica/profissional em Serviço Social: aspectos ético-políticos inseridos nesse modelo de universidade, em que a formação se apresenta cada vez mais esvaziada de uma

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: a nova direção social da profissão em tempos neoliberais

Como visto, o cenário contemporâneo imprimiu novas exigências à formação, atingindo de forma indiferenciada grande parte de seus respectivos profissionais inseridos ou não no mercado de trabalho, visto que “a educação se transforma em uma força dominante para reforçar sua dominação e contribuir com a aceitação coletiva sobre o culto ao mercado” (SILVA, 2010, p. 10). No caso específico do Serviço Social, cabe ressaltar algumas particularidades no que tange a formação, resultantes da inserção da profissão na sociedade que se posicionou contrária ao sistema capitalista.

Sabe-se que em meados da década de 1960, na América Latina, a profissão que até então estava esvaziada por conceitos

assume uma perspectiva crítica de contestação da realidade e de seu próprio exercício profissional (YAZBEK, 20 movimento de renovação do Serviço Social é intensificado na década de 1970, com a inserção dos assistente universitário[ix], mais especificamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), que influencia no adensamento da produção intelectual e na construção de um conhecimento próprio do Serviço Social fundado na teor

Salienta-se, também, que essa tendência foi preponderante para se eleger uma tradição na consecução de pesquisas e de 1980, a profissão conquista maturidade intelectual expressa com produção qualificada e a expansão da formação aca e das lutas democráticas em busca da redemocratização brasileira, sob forte influência dos movimentos sociais e da soc Serviço Social consegue romper com o conservadorismo[xi] presente na profissão e fortalecer a luta pela construção e a projeto profissional, “ o projeto de intenção de ruptura, hoje denominado de projeto ético-político[xii]” (BARROCO, 200 uma nova direção social a profissão.

O projeto ético-político está balizado em princípios que reafirmam o compromisso da profissão na defesa de uma dada di os seguintes: reconhecimento da liberdade como valor ético-central; defesa intransigente dos direitos humanos e autoritarismo; posicionamento em favor da democracia, da equidade e justiça social; opção por um projeto profissional v de sociedade, com vistas a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração; compromisso serviços prestados; garantia e respeito ao pluralismo; compromisso com o constante aprimoramento profissional, entre ou

Diante da definição de uma nova postura profissional requisitou-se, também, a reavaliação da formação em Serviço S segundo a ABEPSS (2004, p. 75) a construção de um novo projeto pedagógico e sua implementação ocorrerá em governamental orientada e prescrita por organismos multilaterais de fomento e financiamento, incidindo de forma contun formação profissional”.

Apesar desta conjuntura o Serviço Social aprova, em novembro de 1996, as novas diretrizes curriculares, que define ci da formação profissional a adoção a “um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técni conhecimento e a transformação da realidade” (KOIKE, 2009, p.13). Além disso, delimita como base para os projetos pe Social[xiii]: o estabelecimento das dimensões interventiva e investigativa como princípios formativos e condição profissional; o posicionamento em favor da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão; a ética como princípio fc a formação curricular e o exercício profissional (ABEPSS, 1996), entre outros. Assim sendo,

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de en: permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, e desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar c investigação e da busca de soluções. Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimento concreta no decorrer da própria formação profissional (ABEPSS, 1996, p.09).

Diante do exposto, Silva (2010, p.409) destaca que o Serviço Social, devido a seu acúmulo teórico-prático crítico enquanto uma referência contra-hegemônica no enfrentamento a ideologia capitalista, passa a “ser alvo de ataques do c sentido de descaracterizar sua proposta ético-política”. Assim, em lugar da perpetuação do pensamento crítico o capital ii manutenção do pensamento pós-moderno que permite o surgimento de modos mais flexíveis de acumulação do importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos) restaurando o pensamento conser (YAZBEK, 2009, p. 19).

Cabe ressaltar que esse fenômeno contribui para a desprofissionalização da graduação em Serviço Social, visto que ref instrumental e da prática em detrimento da articulação entre teoria e realidade (SILVA, 2010). Pode-se dizer que ao indu da qualidade na formação, produz-se “uma prática profissional que não se conecta com a contradição do real, e pior d pressupostos liberais mistificados por uma aparente criticidade” (Idem, 2010, p.427).

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO: questões para reflexão

Como pode-se observar foi marco da década de 1990 no Brasil que as reformas do Estado terminaram por restringir o direitos sociais, entre eles o direito a educação pública, que se torna livre a iniciativa privada, comprometendo a viabi educação defendido na constituinte pelos trabalhadores, dentre os quais, inclui-se o assistente social.

É oportuno lembrar que para efetivar tais reformas o capital utiliza-se de estratégias persuasivas para convencimento c

caso da educação superior está centrada na universalização do ensino por meio da ampliação das vagas por instituições que esse argumento se enraíza na realidade nordestina, pois a educação superior aparece como “uma possibilidade de mobilidade social” (SILVA, 2010, p.414). Logo, explora-se novas possibilidades no âmbito da educação, a exemplo currículos, da expansão do ensino à distância (EaD) e do aligeiramento do processo formativo.

Essa mudança na estrutura básica da educação superior afeta de maneira incisiva a formação em Serviço Social, pois (2009, p. 07):

[...] se guiados pelos propósitos da *formação*, os Cursos de Serviço Social se identificarão sentidos originais de uma universidade que são os de desenvolver funções criadoras diplomados; mas, se guiados pelo *adestramento*, tais Cursos assumirão a feição de titulos ajustados a fins definidos externamente e sem a sua participação.

Cabe indagar: mas o que particulariza essa situação da formação em Serviço Social no nordeste brasileiro

A ampliação de vagas na educação superior na década de 2000 deu-se num processo de expansão do ensino gratuito, o Programa de Reestruturação da Educação Superior – REUNI, mas também da massificação do mercado nesse : Educação Superior de 2015 (INEP, 2016) indica o número de 8.033.574 estudantes matriculados em 33 mil cursos de em 2.364 instituições (das quais 2.069 privadas). Dessas matrículas, apenas 24,3% foram em instituições públicas e 75,7% presencial.

A relação de matrículas na modalidade presencial entre instituições privadas e públicas indica que apenas nos Estados do Tocantins e da Paraíba há mais estudantes matriculados em instituições públicas que em instituições privadas, o que caracteriza a mercantilização da educação superior salientado anteriormente. Ressalte-se, contudo, que nos demais estados da Região Nordeste a relação ainda é próxima (INEP, 2016).

Serviço Social é um dos dez cursos com maior número de matrículas, situação que se repete continuamente nos últimos anos da educação superior. Desse modo, salienta-se que após consulta no sítio do E-mec foi possível observar que ocorreu uma expansão de graduação em Serviço Social ofertados no Nordeste brasileiro. Entre 1940-2002 existiam 13 cursos de graduação dispostos majoritariamente, públicas presencialmente. No período que perpassa os anos de 2003-2010, esse número cresce para 15 (e sete) cursos de graduação em Serviço Social e nos dias atuais atingiram a totalidade de 262 (duzentos e sessenta e dois) cursos são ofertados por IES públicas na modalidade presencial, 130 (cento e trinta) por IES privadas, tanto na modalidade presencial e 117 (cento e dezessete) cursos são ofertados por IES privadas na modalidade à distância

Portanto, os dados indicam que há uma mudança de perfil das IES que ofertam graduação em Serviço Social, pois prevaleceu o investimento na educação pública presencial em universidades, que tem por dever articular os eixos de ensino e pesquisa. No entanto, a partir de 2003 atribui-se maior valor as IES privadas, representadas por faculdades, centros universitários e institutos, que priorizam o ensino em detrimento das demais dimensões inerentes a formação, tornando-se subservientes a acumulação de capital e colaboram para o aumento do exército industrial de reserva[xiv] e para a precarização das relações trabalhistas.

A vista disso, pode-se inferir que em parte esse processo é resultado do investimento do Estado em nichos de mercado e da possibilidade de apropriação dos recursos públicos a partir da expansão de programas como o FIES (financiamento estudantil e oferta de bolsas de estudo em IES privadas), além da regularização do EaD, em 2006.

Segundo a ABEPSS (2004) é de comum acordo entre os assistentes sociais que o EaD, nesse contexto, tem servido para o rebaixamento da qualidade da formação em Serviço Social[xv] dado que as condições em que essa se desenvolve não respeitam os princípios e valores do Código de Ética Profissional. O CFESS (2014) denuncia alguns casos como o grande número de docentes em contradição ao reduzido número de docentes, os chamados tutores EaD; a ausência de espaços de vivência e de supervisão durante a supervisão de estágio; dificuldades no desenvolvimento da atitude investigativa resultado de falta de pesquisas; aligeiramento da formação desrespeitando critérios estabelecidos nas diretrizes curriculares e outros.

Então, destaca-se que “o tipo de conhecimento produzido é funcional ao padrão de consumo e cada vez mais se afasta da realidade e questionadora de mundo” (SILVA, 2010, p.416). Situa-se como um dos fatores preponderantes para essa realidade, o contato com a pesquisa durante a formação. Desse modo, pactua-se com o pensamento de Pereira (2005, p. 18 – afirmar que

[...] a pesquisa longe de ser um luxo intelectual é uma necessidade de realização conseguida

condição de possibilidade de rupturas com atitudes e práticas voluntaristas, tópicas e impen pesquisa é parte integral e intrínseca da profissão; por isso, não pode ser dispensada, sol Serviço Social de pertinência científica e, portanto, de *status* de profissão de nível super embasamento teórico nutrido por contínuas e sistemáticas investigações da realidade.

Em consulta à plataforma Sucupira e ao sítio do E-mec pode-se observar que a oportunidade e o incentivo para conhecimento próprio do Serviço Social e o desenvolvimento de pesquisas expressa-se, essencialmente, nas IES públicas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Destaca-se que a maioria dos estados nordestinos já possui mestrado acadêmico em Serviço Social, à exceção do possui linhas de pesquisas destinadas ao Serviço Social em mestrado multidisciplinar. Também, foi possível visualizar nordestinos já possuem doutorado em Serviço Social, quais sejam Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande

Destarte, é pertinente esclarecer que formação continuada ou permanente não se confunde com “reciclagem” profissional esclarece que a “reciclagem” profissional é subserviente as necessidades do mercado e visa a promoção do adestramento profissional de acordo com as finalidades da empresa contratante. Em contraposição à formação continuada ou aprofundamento do conhecimento próprio do Serviço Social e contribui para a garantia da qualidade das ações.

A autora ainda adverte que o capital tem provido a ressignificação destas categorias as apresentando como sinônimos. A realidade configura-se como um desafio posto a formação e o exercício profissional, pois se não houver a possibilidade de pesquisas, de modo relativamente autônomo, fundamentadas no pensamento crítico e em critérios que considerem usuários e da própria profissão, estar-se-á rompendo com o projeto ético-político profissional e afirmando a ética liberal b

A ética liberal burguesa “impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalho sociabilidade do capitalismo reatualizado” (KOIKE, 2009, p.04), ou seja, exige-se um novo perfil de trabalhador, que necessidades individuais em detrimento das necessidades coletivas e tornar-se polivalente, adaptando-se rapidamente a Logo, somente, se desqualificará as atribuições profissionais, situando o assistente social enquanto um “faz tudo” que c deficiências da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a ofensiva do capital abriu caminho para viabilizar o rebaixamento da qualidade do ensino sua preocupar-se com as consequências derivadas desse processo, como é possível esperar desse modo de produção. Social isso se consolidou como um grande desafio devido a seu posicionamento crítico em defesa de seu projeto-ético como direção social a negação da estrutura excludente e desigual consolidada pelo sistema capitalista.

Nesse sentido, esclarece-se que as entidades representativas da categoria (Conjunto CFESS/CRESS - Conselho Feder. CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO) reafirmam que a luta histórica pela universidade pública qualificada e crítica para atender as demandas da sociedade não pode parar, dado que a fragilização do processo formativo em Serviço Social tende a contribuir para a aceitação “sem questionamentos, das demandas institucionais de manutenção presente historicamente em nossa sociedade, sem dispor de instrumentos analíticos e operacionais que somente a possibilite” (CFESS, 2014, p. 36).

O crescimento desmesurado de cursos e ampliação de vagas no Serviço Social no Nordeste brasileiro nas últimas décadas necessidade de um exame cuidadoso da formação profissional na região, mas também da necessidade de radicalizar a crítica pela profissão nos anos 1980, a fim de estabelecer maior compromisso da formação com uma sociedade justa e igualitária

Assim, enfatiza-se que com a adoção de um perfil crítico a formação profissional, fundado na apreensão da totalidade social, em suas dimensões de universalidade, singularidade e particularidade, de forma que também articule-se a uma teórica, ético-política e técnico-operativa (KOIKE, 2009), que irá se obter o suporte necessário para a construção de intervenções criativas e propositivas voltadas a consolidação do projeto de profissão e de sociedade almejado hegemonicamente assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço** currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 nov. 1996). Mimeo. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade** setembro 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988. 292 p.

_____. **Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social**. Lei n. 8.662 de 07 de junho de 1993.

_____. **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BARROCO, M. L. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In Serviço social: direitos sociais e competências | CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Aprovado pela resolução CFESS nº 27 1993.

_____. **A incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Brasília – DF: CFESS, v. 2, 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, 2003, p. 05-15.

FOLHA. **Professor no Brasil ganha menos da metade da média nos países da OCDE, 2016** <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1813525-professor-no-brasil-ganha-menos-da-metade-da-media-nos-paises-da-ocde-2016/> Acesso em 18/05/2017.

FOLHA. **Só 14% dos adultos brasileiros têm ensino superior, diz relatório da OCDE, 2016** <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1813715-so-14-dos-adultos-brasileiros-tem-ensino-superior-diz-relatorio-da-ocde-2016/> Acesso em 18/05/2017.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior** : http://www.uff.br/sites/default/files/paginasinternasorgaos/divulgacao_dos_resultados_do_censo_2015.pdf. Acesso em 18/05/2017.

KOIKE, M. M. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: Serviço social: direitos sociais e competências | Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LARA, R. **A produção do conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. Franca: UNESB, 2008 Disponível em http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/106112/lara_r_dr_fran.pdfsequence=1&isAllowed=y. Acesso em 18/05/2017.

PEREIRA, P. A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Serviço Social & Saúde** Campinas v. 4 n. 4, 2005.

SILVA, R. S. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Serviço Social & Sociedade** n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade** | direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

[1] Os organismos multilaterais ou internacionais são organizações (Fundo Monetário Internacional- FMI; Banco Mundial pelos países centrais (EUA, Inglaterra, Alemanha, outros), que apresentam como objetivo principal a retomada da superação da crise pelo capital. Com isso, adotam como estratégia o fornecimento de empréstimos a juros aos países em desenvolvimento.

desenvolvidos) em troca da adoção ao sistema político-econômico neoliberal e a obediência a algumas exigências de implantação. Entre essas mudanças exigidas está a contenção dos gastos com políticas sociais e a abertura dos espaços de apropriação pelo mercado, transformando-se, assim, em serviço a ser consumido pela população.

[1] Faz-se necessário enfatizar que a CF de 1988 passou por várias alterações no legislativo que afetaram os direitos sociais de 1990. Recentemente, na Câmara Federal, foi rejeitada a emenda que possibilitava a cobrança de cursos de pós-graduação em instituições públicas, uma proposta posta em debate há cerca de uma década nesse âmbito.

[1] A Reforma de Estado proposta consistiu na implantação de um novo modelo de gestão estatal no qual ao Estado nenhuma interferência nos mecanismos de desenvolvimento do mercado, repassando, inclusive, serviços antes destinados ao desenvolvimento do país, para a “livre negociação”. No caso das políticas sociais estatais, além do que houve, naquelas mantidas pelo estado, uma drástica redução (com contingenciamento orçamentário), bem como o crescimento do voluntariado ou de terceiro setor.

[1] Ocorre que, a partir de meados da década de 1980, observou-se no Brasil, após um longo período de ditadura militar, movimentos sociais, a organização da sociedade visando a redemocratização do país e a intensificação das lutas por melhores condições de vida e garantia de direitos. Assim, em 1988, depois de muitos conflitos e enfrentamentos tem-se a publicação de muitas reivindicações. No entanto, a contrarreforma de Estado, iniciada na década de 1990, trouxe aos trabalhadores a regressão ou extinção total de seus direitos.

[1] “Para a universidade, a concepção de autonomia, entendida como liberdade acadêmica para produzir conhecimento científico universal, transmuta-se em autonomia financeira. Coagida a gerar seu próprio financiamento, a universidade pública passa no mercado como qualquer empresa” (KOIKE, 2009, p.06).

[1] Expressão utilizada por Silva (2010) para se referir a um processo formativo aligeirado, acrítico e funcional a reprodução do capitalista.

[1] Quais sejam: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes de Base da educação (LDB); Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, cria o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Lei n. 11.096/2005, institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005; Decreto 5.720/2006; Decreto 6.033, de 12 de dezembro de 2006, entre outras legislações.

[1] A Folha de São Paulo publicou no dia 15 de setembro de 2016 duas reportagens sobre o relatório *Education at a Glance* (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) nas quais aponta uma significativa diferença entre os gastos com a educação e remuneração de professores (FOLHA, 2016a; FOLHA, 2016b).

[1] O curso de Serviço Social é reconhecido como formação superior, mas a sua inserção no espaço universitário dá-se com a Reforma da Educação de 1968.

[1] Segundo Lara (2008, p.26) o Serviço Social brasileiro inicia a interlocução da profissão com a obra de Marx, de forma que alguns casos enviesados e com duvidoso rigor teórico (marxismo vulgar).

[1] É oportuno destacar que afirmar que ocorreu o rompimento com o tradicionalismo não significa dizer que ele foi superado na profissão. De acordo com Yazbek (2009, p.13) “a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão, permanece presente nos tempos de hoje. Essa maturidade profissional que avança no início do novo milênio, com a democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideológicos desde o final do século XX. Ressalte-se que na atualidade há uma direção social hegemônica, mas há outras direções políticas e teóricas no âmbito brasileiro.

[1] O projeto ético-político profissional, que se expressa por meio do Código de Ética de 1993 e da lei que regulamenta a profissão (Lei 8662/1993), emergiu numa conjuntura contraditória na década de 1990 marcada pela regressão de direitos.

[1] O projeto pedagógico do Serviço Social está balizado em núcleos que reúnem habilidades e conhecimentos, que fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade e dos fundamentos da formação profissional.

[1] O exército industrial de reserva contribui para a maximização dos lucros do sistema capitalista, uma vez que a mais

apropriação e exploração da força de trabalho pelo capital. Quando a oferta dessa força de trabalho torna-se maior que são os rendimentos dos trabalhadores recebidos na forma de salários, o que torna o trabalho subalternizado e precariza: submete-se a qualquer situação para garantir sua sobrevivência.

[1] Destaca-se que não se trata de negar que também não há um rebaixamento na qualidade na formação em instituições: ou privadas tendo em vista as novas exigências neoliberais, mas de afirmar que no caso do EaD há alguns agravantes.